

## SEPARAÇÃO JUDICIAL NÃO CONSENSUAL

### MEDIDA CAUTELAR DE SEPARAÇÃO DE CORPOS

#### EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ..... VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ....., ESTADO DO ..... brasileiro (a), (estado civil), profissional da área de ....., portador (a) do CIRG n.º ..... e do CPF n.º ....., residente e domiciliado (a) na Rua ....., n.º ....., Bairro ....., Cidade ....., Estado ....., por intermédio de seu (sua) advogado(a) e bastante procurador(a) (procuração em anexo - doc. 01), com escritório profissional sito à Rua ....., n.º ....., Bairro ....., Cidade ....., Estado ....., onde recebe notificações e intimações, vem mui respeitosa e à presença de Vossa Excelência propor MEDIDA CAUTELAR DE SEPARAÇÃO DE CORPOS em face de ....., brasileiro (a), (estado civil), profissional da área de ....., portador (a) do CIRG n.º ..... e do CPF n.º ....., residente e domiciliado (a) na Rua ....., n.º ....., Bairro ....., Cidade ....., Estado ....., pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos. PRELIMINARMENTE DA JUSTIÇA GRATUITA Requer os benefícios da justiça gratuita por ser pobre na forma da Lei nº 1.060/50 do Código de Processo Civil, com alterações da Lei nº 7.510/86, bem como do artigo 5º, inciso LXXIV, da Carta Magna, que espera seja deferido por Vossa Excelência. DO MÉRITO DOS FATOS As partes vivem juntas há dezesseis anos. Desta união resultaram duas filhas, quais sejam .... e ....., conforme certidões de nascimento em anexo. O casal passou a morar junto, sempre tendo uma vida harmoniosa e amistosa. No entanto, passados alguns anos, o requerido começou a discutir e brigar diariamente por todo e qualquer motivo, tendo inclusive saído de casa por três vezes e retornado com o consentimento da Requerente, pois esta sempre suportou esta situação, pensando nas filhas. Entretanto, a Requerente reconheceu que estas inúmeras brigas só foram propiciando um ambiente pouco educativo e favorável às menores. A situação tornou-se insuportável, quando das referidas discussões, passou o requerido a ameaçar fisicamente a requerente, estando a mesma aterrorizada, temendo, inclusive a vida de suas filhas, que infelizmente são as principais testemunhas de toda essa violência. A requerente não vê outra alternativa senão afastar-se com as filhas do lar conjugal, tendo condições de morar com parentes no ....., No prazo previsto em Lei, ajuizará a requerente Ação de Dissolução de Sociedade Conjugal. DO DIREITO A medida de urgência ora pretendida não decorre de mero capricho da Requerente, sendo presentada a sua necessidade até mesmo pelo legislador, na letra fria da Lei. Assim ensina CLÓVIS BEVILÁQUA: " A separação dos cônjuges, como preliminar da ação, que tem por fim a separação definitiva, pela dissolução da sociedade conjugal, é uma providência, que a razão aconselha, pela inconveniência e até perigo de continuarem sob o mesmo teto os dois contentores do pleito judiciário. (...)" (apud Código Civil Comentado por Clóvis Beviláqua). Enfim, a presente ação tem como fundamento jurídico o artigo 7º, parágrafo 1º da Lei 6.515/77, artigo 888, VI do Código de Processo Civil e demais cominações legais. DOS PEDIDOS Isto posto, requer à Vossa Excelência: a) Liminarmente, que seja concedida autorização para o afastamento do lar, da Requerente juntamente com suas duas filhas menores, até o julgamento final da lide, ou, caso não seja este o entendimento, o afastamento liminar do requerido; b) Se entender necessário este juízo, a designação de data para a audiência de justificação; c) A guarda das filhas com a Requerente, até sentença de mérito que a fixe; d) A procedência do pedido, para decretar a autorização para o afastamento definitivo do lar da Requerente e suas filhas, ou o afastamento do requerido para o mesmo fim; e) A condenação do requerido nas custas processuais e honorários advocatícios; f) Provará a Requerente os seus argumentos, por todos os meios em direito admitidos; documental, pericial, testemunhal